

## AIDS, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR

Tarcísio Duarte da Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nesse presente ensaio teórico há registro de algumas reflexões sobre o surgimento e trajetória dos movimentos sociais que lutam pela causa da Aids no Brasil, contextualizado com as transformações epidemiológicas e político-econômicas que ocorreram na história da doença. A experiência da *Cáritas Arquidiocesana da Paraíba*, através do Programa de Prevenção e Apoio às Pessoas Vivendo com HIV/Aids, será apresentado como exemplo local e concreto de ação voltada para estes sujeitos em vulnerabilidade social. Por fim, será feito a aproximação do tema com a contribuição da Educação Popular na valorização do sujeito.

**Palavras-chave:** Aids. Movimentos Sociais. Educação Popular.

AIDS, social movements and popular education

**ABSTRACT:** The present theoretical essay proposes some reflections about the advent and course of the social movements which struggle for the AIDS cause in Brazil, contextualized with the epidemiological and economic-political changes which occurred in regard to the disease history. The experience of the *Arquidiocesana Cáritas* of Paraíba, by means of the Program of Prevention and Support to People Living with HIV/AIDS, will be presented as a local and concrete example of action focused on these individuals in social vulnerability. Finally, the approach of the theme with the contribution of Popular Education concerning the individual's appreciation will be accomplished.

**Keywords:** AIDS. Social Movements. Popular Education.

### 1 APRESENTAÇÃO

O advento da epidemia do HIV/Aids no Brasil, no início da década de 1980, trouxe muita dor, sofrimento, dúvida, incerteza e inquietação para sociedade além de questionamento das instituições, das normas e das identidades que se mostravam fixas e acabadas, com os modelos previamente dados de como existir no mundo.

Além de levantar uma discussão sobre questões tabus na sociedade, a Aids trouxe à tona a organização de minorias tradicionalmente excluídas e perseguidas

---

<sup>1</sup> Fisioterapeuta, especialista em saúde coletiva pela UFPB e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação – linha de pesquisa Educação Popular – PPGE/UFPB. E-mail: t\_duarte@hotmail.com

no início da epidemia, a exemplo dos homossexuais masculinos, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, e de entrar na pauta dos planos de ação de movimentos sociais que trabalhavam com temas relacionados aos direitos sociais. Mas um grupo social surge e se organiza em torno da discussão dos direitos e da assistência às pessoas infectadas pelo HIV, são os ativistas, formados por pessoas vítimas, diretamente ou indiretamente, do vírus e/ou da Aids.

Desde o seu surgimento a epidemia sofreu transformações profundas, desde sua configuração epidemiológica como da própria característica orgânica das pessoas infectadas, mas uma das maiores transformações foi o nível de visibilidade e organização social e política que as pessoas, que vivem com HIV/Aids conseguiram alcançar, com importante participação na luta por seus direitos e sua cidadania. Na Paraíba, a Cáritas Arquidiocesana da Paraíba teve um importante papel na promoção de processos educativos que possibilitaram o protagonismo deste grupo marginalizado.

É a partir destas reflexões que o presente texto foi construído, iniciando com uma contextualização da Aids no cenário nacional, relacionando com os movimentos sociais que carregam a bandeira de luta em defesa dos direitos das pessoas que vivem com HIV/Aids, citando o exemplo local da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, e, por fim, fazendo a relação desse contexto com a Educação Popular.

## **2 SURGIMENTO DA AIDS E DOS PRIMEIROS MOVIMENTOS SOCIAIS ORGANIZADOS PELA CAUSA DA AIDS NO BRASIL**

Tendo em vista que o termo movimento social possui uma ampla diversidade de compreensões, será adotada neste texto a expressão referente aos movimentos sociais populares, compreendido, segundo Souza (2007, p. 124) como

(...) forças sociais e correntes de transformação social que, atuando nos mais diferentes âmbitos das problemáticas humanas, geram processos de transformação social e garantem sua autonomia em relação ao Estado e aos partidos, pela orientação social de sua ação que incide sobre as mentalidades e as práticas cotidianas da sociedade em sua heterogeneidade.

Para compreender a luta dos primeiros movimentos sociais, organizados pela causa da Aids no Brasil, temos que fazer uma contextualização histórica da relação que os movimentos sociais estabeleciam com o Estado.

Segundo Sader e Paoli (1986), foi na Primeira República que se construiu pela intelectualidade da época a figura das camadas populares cuja principal característica era a heterogeneidade de sua composição, decorrente da incapacidade de ação política coletiva popular e na falta de aptidão para a coletivização. Tal visão exigia uma intervenção externa que incorporasse e organizasse esse povo disperso pela ação lenta e contínua do Estado. O Estado getulista apareceu como instância por onde se homogeneizaria a sociedade desagregada por suas múltiplas práticas desencontradas tornando os trabalhadores, na representação social, um povo organizado para a nação.

O poder deste imaginário, exercido agora pelo Estado, tendeu a se tornar a própria realidade e a questão da conotação negativa (econômica, cultural e política) da heterogeneidade das classes populares – diante de uma homogeneidade necessária – iria adentrar pelos meandros do integralismo (anos 30), das reformulações do comunismo (anos 40 e 50) [e] do pensamento nacionalista (ISEB, anos 50) (...) (IDEM, P.47)

Ao longo da história do Brasil, verifica-se uma tradição de modernização pelo alto poder estatal disciplinador das relações sociais e políticas com as classes populares.

Da Paz (2005, p.21) apresenta o autoritarismo - caracterizado pela ausência de democracia, de transparência, participação e controle social, o patrimonialismo – caracterizado pela naturalização da apropriação do público, clientelismo e corrupção e a exclusão social – configurado nas desigualdades sociais, negação sistemática

de direitos de cidadania, impedimento ao acesso à riqueza, bens e serviços produzidos no país, como aspectos que marcaram a relação do Estado com a sociedade civil e que se reproduziram no cotidiano das relações sociais e políticas.

Este cenário caracterizava a constituição de uma sociedade civil frágil, tutelada e com pouca tradição cultural organizativa. Entretanto, observa-se também o surgimento de movimentos sociais de resistência e enfrentamento ao autoritarismo e de reivindicação por melhores condições de vida. (IDEM, p.21)

O período de ditadura militar foi fundamental para a ruptura, com a idéia de que a concepção da sociedade decorria da concepção do Estado. Neste período, no final da década de 1970, houve o surgimento de novos movimentos sociais com diferentes formas de organização.

Segundo Gohn (2008) citada por Pereira (2010, p.12), os movimentos de caráter popular demandavam melhores condições de vida e trabalho vinculando-as ao campo dos direitos sociais básicos, cuja atuação era marcada pelos protestos reivindicatórios de ação direta ou de rua e pelo posicionamento autônomo em relação aos aparelhos do Estado em geral. Outros movimentos são os de caráter identitário, cujas lutas são para questões mais contemporâneas de direitos sociais modernos e nesses a diversidade das classes sociais, na formação de novos movimentos sociais e a compreensão do Estado como interlocutor das demandas, passa a ser diferenciações importantes.

Os anos 1970 foram caracterizados como movimento de resistência e enfrentamento ao regime militar e, os anos 1980, como movimentos de massa e de luta pela democratização e de negociações com o Estado. Foi justamente no contexto político deste último que ocorreu o surgimento dos primeiros casos de Aids no Brasil.

A partir de 1983, surgiram os primeiros casos de Aids no Brasil e os homossexuais masculinos<sup>2</sup> foram uma das principais vítimas ao atribuir a doença a

---

<sup>2</sup> Os usuários de drogas injetáveis (UDI), os profissionais do sexo e os hemofílicos foram outros grupos vitimados pelo preconceito e discriminação no surgimento da Aids, sendo considerados do “grupo de risco”.

percepção equivocada como “peste gay”. Segundo Grangeiro, Laurindo da Silva e Teixeira (2009), foi a imprensa uma das grandes responsáveis pela propagação da Aids as imagens moralistas e discriminatórias que pouco correspondia ao perfil da epidemia que se iniciava. Essas notícias foram os primeiros contatos que a sociedade brasileira teve com a Aids e contribuíram para reforçar a imagem do doente a partir da morte, do preconceito associado a grupos sociais e do sofrimento dos pacientes.

Os próprios homossexuais, que pela perseguição que sofreram no início da epidemia da AIDS, conseguiram sair da invisibilidade, do “limbo” dos guetos para reconstruírem suas identidades e caminhar em busca de igualdade e direitos. As condições políticas favoráveis e a efervescência da mobilização social favoreceram o envolvimento do movimento homossexual na questão da Aids.

As primeiras respostas da sociedade civil brasileira à epidemia da Aids vieram de grupos de homossexuais de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, em 1982. Ainda que de forma não sistemática, elas já revelavam que preconceito e discriminação são grandes obstáculos ao enfrentamento da epidemia e que informar a população é fundamental na prevenção da doença. Seguindo essa orientação, surgiu, em 1985, a primeira organização da sociedade civil dedicada especificamente à Aids, GAPA – Grupo de Apoio à Prevenção da Aids, em São Paulo.

O termo “aidético” passou a ser amplamente utilizado, simbolizando a forma pela qual a sociedade reconhecia a doença e o doente. Tal termo assume um caráter pejorativo e como resposta a essa situação houve uma intensa mobilização da sociedade civil, que se estruturou em dois eixos: o do ativismo político, que reivindicava os direitos dos pacientes, e o da solidariedade, que buscava redefinir os princípios pelos quais a sociedade abordava as pessoas infectadas pelo vírus.

Segundo Grangeiro, Laurindo da Silva e Teixeira (2009), no final dos anos 1980, como resultado da luta de ativistas infectados pelo vírus que reclamavam por cidadania e pelo direito à vida, começaram a ser modificadas as representações do doente restrito à sua doença e a ser desconstruídas as associações entre Aids, morte e exclusão social. Nesse contexto, o termo soropositivo começou a ser

amplamente utilizado pelos órgãos de saúde e pelas ONGs como forma de identificar as pessoas atingidas pela infecção. Esse termo foi utilizado como forma de demarcar a diferença entre indivíduos infectados, que não apresentavam limitações sociais e produtivas, e os que haviam desenvolvido a doença, que passa a ser gradativamente compreendida como uma enfermidade crônica, minimizando o estigma da morte e da fatalidade.

Embora essa nova representação da doença e do doente tenha trazido avanços, não foi suficiente para uma ruptura mais significativa do doente circunscrito à dimensão biológica da doença. A partir daí, o movimento social passou a reivindicar a não negação da doença e do doente, questionando a Aids como elemento de exclusão e de morte civil. Passou a ser construída uma identidade social do doente tomando como base a idéia de cidadania e de direito à vida. Pela primeira vez, o nome utilizado para designar as pessoas atingidas diretamente pela doença não guardava correspondência com termos biomédicos, como *aidético* e *soropositivo*, restringindo-se simplesmente ao fato e à especificidade do “viver com HIV e Aids”. Essa identidade permitiu às “pessoas vivendo com HIV” influenciar de forma decisiva a formulação e a manutenção de políticas públicas para Aids.

Segundo Pereira (2010), foi na década de 1990 que aconteceu o fenômeno do surgimento das ONGs/Aids o que concretizou novas formas de organização da sociedade civil no enfrentamento da doença no Brasil. Dentre muitas, destacam-se a Abia – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids e o Pela Vida - Grupo Pela Valorização, Integração e Dignidade do Doente de Aids. Estas duas ONGs, junto com o GAPA, são consideradas os três modelos de ONGs/Aids que serviram de referência aos grupos que surgiram posteriormente.

O movimento contra a exclusão das pessoas com Aids ganhou novos contornos a partir de 1996, com o surgimento da terapia antirretroviral combinada<sup>3</sup>, que mudou significativamente o perfil da epidemia, as representações acerca da

---

<sup>3</sup> Terapia para tratamento e tentativa de eliminação, no organismo, do vírus da Aids através da associação de duas ou mais drogas da mesma classe farmacológica ou de classes diferentes.

doença e, sobretudo, as perspectivas das pessoas vivendo com HIV. Como consequência do surgimento de medicamentos mais eficazes, observou-se a redução da mortalidade, o aumento da sobrevivência e a reinserção social de pessoas vivendo com HIV, contribuindo assim para amenizar as situações de preconceito e a associação da doença com a fatalidade. O alto custo dos medicamentos tornou-se o principal fator de mobilização da sociedade civil, enquanto que o acesso aos antirretrovirais tornou-se uma das principais prioridades de saúde do país.

Observa-se que o cenário brasileiro da Aids passou por grandes transformações. Modificações, tanto no perfil da epidemia e da infecção pelo HIV, quanto no cenário político-econômico, redefiniram a atuação das organizações da sociedade civil de um modo geral e das dedicadas ao HIV/Aids, em particular.

Além das organizações não-governamentais, específicas e de grupos e militâncias constituídas de pessoas vivendo com HIV/Aids, o Brasil conta ainda com diversos tipos de instituições que promovem ações contra a epidemia: entidades feministas, grupos religiosos e pastorais, organizações indígenas, sindicatos, grupos gays, associações de moradores, entidades formadas por profissionais do sexo, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros. Essa diversidade é que confere sinergia e singularidade às ações de prevenção, assistência e tratamento às pessoas vivendo com HIV/Aids no Brasil, e torna o Programa Brasileiro um exemplo citado internacionalmente.

O Ministério da Saúde, através do Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais, tem estado à frente das principais iniciativas de formulação e implementação de políticas públicas e de apoio técnico-financeiro às ONGs especializadas em HIV/Aids.

### **3 O EXEMPLO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO E APOIO ÀS PESSOAS VIVENDO COM HIV/AIDS DA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DA PARAÍBA**

A Cáritas Arquidiocesana da Paraíba foi um dos instrumentos da ação social arquidiocesana, cuja missão estava em promover e animar serviços de solidariedade

libertadora, que atuava na defesa e em favor da vida, e tem como incentivo o fortalecimento da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos (as), cujo propósito é contribuir para a conquista da cidadania plena para todas as pessoas.

A Ação Social Arquidiocesana da Paraíba, através do setor social da Cáritas, que quer dizer “caridade” em latim, iniciou seu trabalho com pessoas vivendo com HIV/Aids, na Paraíba, em 1996, com pequeno apoio financeiro e/ou material para pessoas infectadas pelo HIV. Com o aumento da demanda deste público específico junto à Cáritas e com o aprofundamento teórico e prático sobre os vários aspectos relacionados à Aids, foi criado em 1998 o Programa de Prevenção e Apoio às Pessoas Vivendo com HIV/Aids com ações de assistência e prevenção junto às pessoas soropositivas. Suas atividades eram mantidas com recursos oriundos do Ministério da Saúde – Programa Nacional de DST/AIDS, do MISEREOR, da Cáritas Brasileira e de pequenas doações de pessoas físicas e jurídicas.

O perfil das pessoas, acompanhadas pelo Programa, era constituído de homens e mulheres, adulto-jovens e semi-analfabetas em sua grande maioria, com baixa renda, residente em moradias precárias, com alimentação insuficiente e excluída do mercado de trabalho, seja pela condição da soropositividade ao HIV ou pela falta de formação profissional. A subsistência dessas pessoas tem sido possível com o benefício de prestação continuada (um salário mínimo) que recebem do Ministério da Previdência e Assistência Social, proveniente da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Essas pessoas são excluídas dos ambientes sociais, inclusive das suas famílias, onde ocorrem constantes conflitos. Elas encontravam no Programa um espaço de acolhimento, de humanização e de recuperação da esperança em viver com a melhoria da auto-estima.

As ações desenvolvidas pelo Programa compreendiam as atividades formativas (através de oficinas de capacitação em DST/AIDS, Direitos Humanos, Artesanato e Teatro), acompanhamento psico-social (sala de conversa, tarde positiva e terapia ocupacional em oficinas) e assistência aos portadores (visitas domiciliares e hospitalares, acompanhamento jurídico, alimentação diária e



distribuição de cesta básica), capacitação de multiplicadores para ações preventivas em bairros populares, acompanhamento a pessoas portadoras do HIV/AIDS e fortalecimento das intervenções nas políticas públicas.

O Programa tinha articulação com entidades da sociedade civil organizada voltadas para o fortalecimento das capacidades de sua representação nos espaços de controle social e para iniciativas conjuntas de sensibilização, mobilização e pressão popular na conquista de direitos.

#### **4 CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR**

Os movimentos sociais têm seu modo de conhecer a realidade, nos apresentando dimensões do viver humano muito mais complexas e conflituosas. A própria história da Aids, no Brasil e no mundo, é um exemplo deste desafio. Faz-se necessária a reconstrução do imaginário social da Aids com o dinamismo que lhe é peculiar, revendo conceitos e banindo preconceitos construídos ao longo desses anos da epidemia.

Nesta perspectiva, o processo educativo que se desenvolve nos movimentos sociais diferencia-se daqueles desenvolvidos nos espaços institucionais escolares que, segundo Gohn (2001), tem uma concepção de educação que se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumento do processo pedagógico. Para mesma autora, os movimentos sociais apresentam processos educativos que assumem dimensões articuladas e apriorísticas, que vão da construção da organização do grupo pelo conhecimento dos direitos e deveres, do acúmulo de experiências vivenciadas no passado para leitura do presente e construção do futuro, e o conhecimento do ambiente construído, do espaço gerado e apropriado pelas classes sociais na luta cotidiana.

Sendo assim, as práticas educativas desenvolvidas pelos movimentos sociais têm na Educação Popular a contribuição para “superação das negatividades de todas e quaisquer culturas e para a afirmação e impulso de suas positivities”. (SOUZA, 2007, p.123)

Arroyo (2003, p.32) enfatiza a importância da presença do sujeito neste processo ao afirmar que

as experiências não-formais de educação, mais próximas da dinâmica popular, tiveram grande sensibilidade para captar a presença dos sujeitos. A literatura sobre educação popular, desde seu início nos anos 60, destaca sua centralidade na ação educativa. Sujeitos em movimento, em ação. A educação como um processo de humanização de sujeitos coletivos diversos.

Reafirma-se, neste sentido, a importância da contribuição da Educação Popular na construção de novas formas de exercício do poder, fundamentalmente, a partir do terreno da sociedade civil, mas também no exercício das ações de governo, no sentido de que estas estejam constantemente alimentadas e retroalimentadas pela prática viva dos processos e sujeitos sociais.

Sem ter a pretensão de ser conclusivo, observamos que a Aids traz junto com a contemporaneidade muitos desafios para Educação Popular. Um deles é incorporar a diversidade como eixo de ação, trabalhando com a diferença e a heterogeneidade como aspectos mais enriquecedores que ameaçadores. O desafio está lançado!

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais. **Rev. Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1/articles/arroyo.pdf>>. Acesso em: 22/03/2011.

DA PAZ, Rosângela Dias O. Organizações não-governamentais: um debate sobre a identidade política das associadas à ABONG. **Cadernos ABONG**. #30, junho/2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e Educação**. 4. Edição – São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v.5)

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6ª. Edição, São Paulo: Loyola, 2008 *apud* PEREIRA, 2010.

GRANGEIRO, A., LAURINDO DA SILVA, L., TEIXEIRA, P. R. Resposta à Aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Rev. Panam Salud Publica**. 2009; 26(1): 87-94. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v26n1/13.pdf>>. Acesso em: 22/03/2011.

PEREIRA, Jimenez Adriana. **A Sociedade Civil Organizada no Enfrentamento da Aids no Município de São Paulo**. Dissertação apresentada à Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo no Mestrado em Ciências, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-23062010-094333/pt-br.php>>. Acesso em: 22/03/2011.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. Sobre “Classes Populares” no Pensamento Sociológico Brasileiro. In: DURHAM, Eunice e CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. 4ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

SOUZA, J. F. Educação Popular Enquanto uma Pedagogia, Movimentos Sociais Populares Lócus Educativo. In: ALMEIDA, M. L. P., JEZINE, E. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007, p. 123-153.

\* Recebido em abril de 2011.

\* Aprovado em maio de 2011.